

# Percepção de educadores infantis sobre saúde, higiene e lavagem de mãos

## Childhood Educators' Perceptions on Health, Hygiene and Hand Washing

**Thayana da Silva Fuques**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**Simone Lara**

Universidade Federal do Pampa, RS

**Susane Graup**

Universidade Federal do Pampa, RS

**Rodrigo de Souza Balk**

Universidade Federal do Pampa, RS

---

**Resumo:** O objetivo desse estudo foi analisar as percepções de educadores infantis sobre saúde, higiene e lavagem de mãos. O estudo incluiu professores de uma escola pública de educação infantil, no qual foi aplicado um questionário, composto por questões abertas e fechadas sobre o tema saúde, higiene e lavagem de mãos. Como resultados, participaram 18 professores, todos do gênero feminino, e, destes, apenas 39% apresentaram formação no Ensino Superior, sendo que 67% afirmaram nunca ter realizado curso de formação continuada com o tema transversal saúde. Quanto à percepção sobre o conceito de saúde, 61% das professoras obtiveram conceito “Regular”. Quando foram questionadas sobre as dificuldades para abordar o tema saúde no ambiente escolar, grande parte citou a falta de material higiênico e falta de hábitos de saúde como principais obstáculos. Foram percebidos *deficits* importantes acerca do conhecimento das professoras sobre as etapas de lavagem de mãos.

**Palavras-chave:** Educação e Saúde. Educação Infantil. Higiene.

**Abstract:** This study aimed to analyze childhood educators' perceptions on health, hygiene and hand washing. The study included teachers from a public early education school and was based on a questionnaire composed by opened and closed questions on health, hygiene and hand washing. As a result, 18 female teachers participated, 39% of whom were graduates, and 67% reported that they have never taken a continuing education course with health as a transversal theme. As for their perception on the concept of health, 61% of them obtained a “Fair” grade. When asked about their difficulties in addressing the issue of health in the school environment, a considerable number

mentioned the lack of hygienic material and health habits as the main obstacles. Important gaps were perceived in the teachers' knowledge of hand washing steps.

**Keywords:** Education and health, Childhood Education, Hygiene

---

## Introdução

A saúde representa um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1946). Nesse contexto, os comportamentos em saúde devem ser aprendidos através do processo de educação em saúde que tem como local privilegiado o contexto escolar e, como protagonistas, os professores.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, o ensino das Ciências é, de uma forma geral, contemplado em cinco grandes eixos denominados Temas Transversais, a saber: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual (BRASIL, 1996). Deve-se ainda considerar, segundo Diniz, Oliveira e Schall (2010), que a educação para a saúde é um processo continuado e os temas relevantes para a comunidade escolar devem ser incluídos no currículo, tratados ano a ano, com níveis crescentes de informação e de integração a outros conteúdos.

A escola representa o lugar ideal para se desenvolverem programas da Promoção e Educação em Saúde de amplo alcance e repercussão, já que exerce uma influência sobre seus alunos nas etapas formativas e mais importantes de suas vidas (GONÇALVES, 2008). Rodrigues, Kolling e Mesquita (2007) inferem que as escolas precisam incorporar de forma precoce temas sobre saúde, para que os indivíduos tenham instrução necessária, a fim de prevenir doenças e melhorar sua qualidade de vida, por meio de um processo de educação em saúde.

Dessa forma, é relevante que as temáticas em saúde sejam abordadas desde a educação infantil. Para Maranhão (2010), as instituições de Educação Infantil que possibilitam às crianças interagir e ter acesso a aprendizagens significativas e cuidados profissionais de boa qualidade criam condições inegáveis de promoção do desenvolvimento integral e de relações sociais saudáveis.

Os professores podem agir como agentes multiplicadores de temas relevantes, principalmente por ser a escola um ambiente onde a criança passa a maior parte de seu tempo (MOREIRA et al., 2011). No entanto, para que o educador consiga efetivamente trabalhar com tais temáticas no contexto escolar, o mesmo deve ser previamente capacitado para este fim, buscando entender a realidade na qual a escola está inserida, os anseios e vivências das pessoas que fazem parte daquela

comunidade, no propósito de criar novas ações que maximizem o processo de ensino aprendizagem direcionado aos estudantes (VELASQUES e LARA, 2015).

De fato, a questão da promoção da saúde escolar precisa ser melhor trabalhada com os docentes e com toda a escola, ou seja, os professores devem ser melhor preparados para discutir os assuntos relacionados a esse tema, para que o mesmo seja realizado de maneira crítica e contextualizada, vinculando a saúde às condições de vida e direitos do cidadão (KRUG, 2015). Ainda corroborando, Lomônaco (2004, p. 12) afirma:

Se a Educação em Saúde vai tratar dos assuntos do cotidiano dos alunos, a formação desse educador deve estar fundamentada na prática, partindo de concepções sobre o ensino que admitam a possibilidade de que os alunos não são uma tábula rasa e, além de possuírem conhecimentos, trazem consigo uma bagagem cultural e social e pertencem a determinados meios que são intervenientes em suas práticas e atitudes, em relação à saúde. O currículo da educação deve estar voltado para a formação de um professor que possa trabalhar com as questões referentes à saúde de forma adequada.

Contudo, é de conhecimento que os profissionais da Educação não têm capacitação na formação do seu currículo sobre temas de saúde na escola, o que gera uma incapacidade de lidar com situações rotineiras nessa questão. Sob esse aspecto, Evans e Kosec (2011) ressaltam que os professores de Educação Infantil precisam de treinamento prático e de uma cuidadosa supervisão de professores experientes. Ademais, o professor de Educação Infantil precisa se reconhecer enquanto professor, considerando as especificidades do seu trabalho, reconhecendo sua importância na vida e na formação das crianças pequenas. A melhor formação deste educador está na efetivação de um cuidar que promova a educação, e de uma educação que não deixe de cuidar da criança, de atendê-la em suas necessidades e exigências essenciais desde a sua mais tenra idade (ANGOTTI, 2008, p.19).

Nesse sentido, optou-se nesse estudo por abordar a temática transversal saúde, e, mais especificamente, a lavagem de mãos. Conforme a Agência nacional de vigilância sanitária (ANVISA), a lavagem de mãos, prática comum, precisa ser mais bem exposta na escola. Embora a higienização das mãos seja a medida mais importante e reconhecida há muitos anos na prevenção e no controle das infecções nos serviços de saúde, colocá-la em prática consiste em uma tarefa complexa e difícil.

Com base no exposto, o objetivo desse estudo foi analisar as percepções dos educadores infantis sobre saúde e lavagem de mãos.

## Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, qualitativo e quantitativo, realizado no período de março a abril de 2015. Para realização do estudo, foram incluídos professores da rede de Educação Infantil, de uma escola pública infantil no município de Uruguai/RS. A escola localizada na região central da cidade, foi escolhida de forma intencional. Assim, após explanação sobre o estudo, do total de 24 professores, 18 aceitaram participar voluntariamente da proposta.

A fim de conhecer as percepções dos docentes sobre saúde e lavagem de mãos, foi construído pelos pesquisadores, um questionário, incluindo questões abertas e fechadas sobre conceito de saúde, dificuldades sobre o trabalho de educação e saúde na escola, rotinas e etapas de lavagem de mãos, bem como materiais para lavagem e secagem de mãos. O questionário integra uma figura sobre etapas de lavagem de mãos, conforme orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Esse questionário foi aplicado às professoras participantes da proposta e foi respondido com a presença dos pesquisadores, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas em seu preenchimento, em caso de necessidade, bem como foi imediatamente devolvido aos pesquisadores, após seu completo preenchimento. Para a análise dos dados quantitativos, foi utilizada a análise de frequências. Os resultados das percepções dos educadores infantis foram submetidos à análise de conteúdo de Bardin (2004), que se constitui da pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação visando à categorização das respostas obtidas.

## **Resultados e Discussão**

Com relação ao perfil profissional dos professores (tabela 1), foi possível observar que todos os 18 professores pertenciam ao gênero feminino, com distribuição etária homogênea entre as décadas de vida. Dessas educadoras, apenas 39% apresentam Ensino Superior, trabalham 20 horas semanais (56%), atuam na Etapa II da educação infantil (33%) e não atuam em outra escola (83%). Ainda, 67% das professoras responderam que nunca realizaram curso de formação continuada com o tema transversal saúde.

**Tabela 1** – Perfil profissional dos professores

Perfil	Percentual (%)
<i>Idade (anos)</i>	
19-29	27,78%
30-40	27,78%
41-51	27,78%
>52	16,67%
<i>Formação</i>	
Ensino Superior	39%
Ensino Médio-Habilitação Magistério	28%
Ensino Superior Incompleto	17%
Pós Graduação	11%
Não responderam	6%
<i>Carga horária semanal</i>	
20 horas	56%
40 horas	44%
<i>Etapa (educação infantil)</i>	
I (4 à 11 meses)	11%
II (de 1 ano à 1 ano e 11 meses)	33%
III (de 2 anos à 2 anos e 11 meses)	11%
IV (de 3 anos à 3 anos e 11 meses)	17%
V (de 4 anos à 4 anos e 11 meses)	22%
VI (de 5 anos à 5 anos e 11 meses)	6%
<i>Atuação</i>	
Atua em outra escola	17%
Não atua em outra escola	83%
<i>Curso de formação continuada em Saúde</i>	
Sim	33%
Não	67%

**Fonte:** Elaboração dos autores

Em relação à formação de professores, Volpato e Mello (2005) afirmam que é preciso reconhecer e estimular permanentemente o papel dos mesmos como mediadores da cultura e do conhecimento produzido socialmente. Nesse sentido, esse processo passa, necessariamente, pela formação de um educador reflexivo, consciente de seu papel e de sua inserção no tecido social, engajado historicamente e politicamente, capaz de reivindicar e de contribuir ativamente para um projeto educacional integrado e consistente. Leite e Carvalho (2015) ressaltam que se faz necessário valorizar e lutar para que o profissional da educação tenha uma formação inicial e permanente que contribua, efetivamente, para que sua prática seja significativa.

Nos últimos anos, prevalece um consenso de que a melhoria da educação das crianças pequenas implica necessariamente a formação e a profissionalização dos adultos educadores. Assim, adultos bem qualificados se constituem em protagonistas fundamentais na luta cotidiana e interna às instituições, resultando em uma educação e em cuidados de qualidade, voltados às crianças de 0 a 6 anos (VIEIRA, 1999).

Giordan e Hobold (2015) reiteram que a formação inicial tem um papel fundamental na formação de professores, uma vez que pode fornecer uma base sólida de conhecimentos para a atuação nos contextos de trabalho da educação, além de constituir uma certificação legal para o exercício da docência. No entanto, a formação não se esgota na formação inicial e, nesse sentido, assume cada vez maior relevância a formação continuada. Contudo, Volpato e Mello (2005) destacam a lacuna de projetos ou mesmo de propostas de formação continuada para os profissionais integrados à pré-escola.

Apesar dessas considerações, percebemos, em nosso estudo, que o percentual de educadores com formação superior, bem como daqueles com formação continuada em saúde, foi extremamente baixo. Corroborando, Figueiredo et al. (2016) afirmaram em seu estudo que 94% dos educadores afirmaram nunca ter participado de algum curso de capacitação ou atualização sobre a temática saúde na escola.

Referindo-se às temáticas de saúde e educação, Teixeira-Palombo e Fujimori (2006) inferem a necessidade da inclusão de conhecimentos sobre o processo saúde-doença, tanto na formação inicial quanto continuada dos educadores infantis. Adicionalmente, Maranhão (2000) destaca que as informações para os educadores acerca dos cuidados com a saúde são adquiridas em breves treinamentos iniciais, sendo que na prática aprendem de forma artesanal, observando outros educadores trabalhando. Assim, o autor conclui que é visível a falta de uma formação adequada e mais completa para esses educadores, sendo necessário incluir essas temáticas nos currículos de formação inicial ou continuada dos professores.

No presente estudo, as professoras foram questionadas sobre o conceito de saúde, que, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), representa “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades”. Dessa forma, classificamos as percepções das professoras em ‘Satisfatório’, quando a resposta contemplasse os três domínios propostos pela OMS (bem-estar físico, mental e social); ‘Regular’, quando incluísse um desses três domínios, e ‘Insatisfatória’, quando a resposta não abordasse nenhum desses domínios. Assim, verificamos que 61% das professoras obtiveram conceito ‘Regular’ sobre a percepção em saúde, e nenhuma demonstrou conceito ‘Satisfatório’ sobre esse tema (tabela 2). Sob esse aspecto, grande parte dos relatos atrelou o conceito de saúde ao domínio físico, especialmente em relação aos cuidados com o corpo, conforme percepções a seguir:

P3 – É ser higiênica, é limpeza.

P7 – É coisa séria, deve se cuidar com alimentação, com seu corpo, modo de viver, etc.

P11 – É não precisar tomar remédios é estar bem para desempenhar as funções do dia a dia.

P14 –Para mim saúde é ter uma boa higiene pessoal, tentar se alimentar com boa alimentação, é hidratar-se com muita água.

**Tabela 2** – Valores de frequência sobre o conceito de saúde de acordo com os professores participantes da pesquisa

<b>Categoria</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Satisfatória	0	0%
Insatisfatória	7	39%
Regular	11	61%
Total	18	100%

**Fonte:** elaboração dos autores

Dessa forma, podemos perceber que a concepção mais ampla em saúde não é percebida pelos educadores do presente estudo, o que vai ao encontro dos achados de Fernandes, Rocha e Souza (2005). Esses autores encontraram um expressivo número de educadores que não se sente preparado para abordar os temas em saúde devido à falta do conhecimento mais profundo sobre essa temática. Assim, concluíram que existe a necessidade da construção de um processo de formação para a docência e de capacitações que envolvam temáticas de saúde.

É possível estabelecer uma relação entre o baixo conhecimento em saúde e a expressiva falta de formação dos educadores do atual estudo, conforme apontam os achados de Shimabukuro, Oliveira e Taddei (2008). Esses autores encontraram um baixo nível de conhecimento em saúde sobre aspectos relacionados à alimentação infantil, entre educadores, sendo que apenas 41,3% deles tinham o curso superior completo. Os autores ainda destacam que existe a necessidade da difusão dos programas de ação continuada e o aprimoramento de ações intersetoriais, envolvendo equipes multiprofissionais e creches locais, a fim de promover conhecimento mais amplo sobre hábitos alimentares saudáveis para o crescimento e o desenvolvimento adequados das crianças.

Quando questionadas sobre as dificuldades de abordar os temas em saúde na escola, a maioria das professoras descreveu a falta de materiais higiênicos (44%) como maior obstáculo (Tabela 3). Ainda, foi citada, também, a falta de hábitos em saúde (22%), esses, vindo das famílias, especialmente relacionados com os hábitos básicos de higiene, como por exemplo, a lavagem de mãos, e os resultados dessas categorias podem ser percebidos em alguns relatos, que seguem:

P1 – Falta de material próprio para higiene.

P6 – Falta integração família e escola.

P7 – Muitos pais e crianças não tem hábito, os mais simples, etc.

P8 – Falta de material adequado como torneira e toalha de papel.

P12 – Hábitos familiares de rotina e falta de recursos material.

P17 – O tempo e a quantidade de alunos.

**Tabela 3** – Valores de frequência sobre as dificuldades apontadas pelos professores sobre o trabalho de Educação em Saúde

<b>Categoria</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Falta de materiais higiênicos	8	44%
Falta de hábitos em saúde	4	22%
Outros	6	33%
Total	18	100%

**Fonte:** elaboração dos autores

Grande parte dos educadores desse estudo apontou a falta de materiais de higiene e de hábitos de saúde das crianças/famílias como principais obstáculos ao desenvolvimento de temas em saúde na escola. Minnaert e Freitas (2010) ressaltam que as práticas higiênicas refletem hábitos que se instituem como códigos socioculturais e as mudanças podem significar mais que a alteração de práticas comportamentais. As concepções sobre limpo e sujo, em geral, estão cercadas de símbolos que refletem saberes de uma cultura própria de quem vive, sobretudo, em precárias condições materiais. Nesse sentido, a conscientização sobre aspectos de higiene e saúde deve ser realizada através de um processo efetivo de educação e saúde no contexto da educação infantil, a fim de promover a melhoria das práticas relacionadas à saúde na comunidade escolar.

Contudo, conforme Mainardi (2010), os professores apresentam dificuldades para desenvolver os temas transversais; encontram-se presos ao modelo biomédico e entendem que a educação em saúde deve ser compromisso dos professores de Ciências e Biologia e, também, dos próprios profissionais da saúde. Ainda, para o autor, uma minoria de educadores reconhece que há carência de condições para atuar no cotidiano escolar com ações de educação em saúde.

A tabela 4 demonstra as rotinas relacionadas aos hábitos de higiene e lavagem de mãos de professores e crianças, descritas pelas professoras, bem como os materiais higiênicos utilizados nesse processo. Foi possível evidenciar que os períodos mais citados de lavagem de mãos foram: antes das refeições; após o uso do banheiro e após alguma atividade, como por exemplo, uma brincadeira. Cabe ressaltar, ainda, que um número expressivo de professores (28%) apontou que as crianças lavam as mãos apenas antes das refeições. Assim, é evidente que, ao chegarem e saírem da escola, não há rotina de higienização das mãos, constituindo um fator de risco para a disseminação de vírus e bactérias para outros ambientes.

Quanto ao material utilizado para a lavagem e secagem de mãos, foi possível observar que o sabonete líquido e o álcool gel (39%) foram os materiais mais citados pelas professoras, o que está em conformidade com os materiais recomendados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a lavagem de mãos. Contudo, no momento de secagem das mãos, a toalha de tecido foi a mais citada, não sendo o material mais adequado para essa tarefa.

**Tabela 4** – Rotinas de lavagem de mãos de professores e crianças

<b>Lavagem de Mãos</b>	<b>Percentual (%)</b>
<i>Crianças</i>	
Antes refeições, após atividade	28%
Antes refeições	28%
Antes refeições, após banheiro	22%
Não lavam	6%
Antes refeições, após atividade, após banheiro	17%
<i>Professores</i>	
Quando necessário	33%
Antes refeições, após banheiro	28%
Antes das refeições	6%
Após banheiro	6%
Antes refeições, após banheiro, após atividades.	28%
<b>Produto Lavagem e Secagem das Mãos</b>	
<i>Produto Lavagem</i>	
Sabonete em barra, álcool gel	6%
Álcool gel	11%
Sabonete líquido	22%
Sabonete líquido, álcool gel	39%
Outros	6%
Sabonete em barra	17%
<i>Produto Secagem</i>	
Toalha tecido	50%
Outros	22%
Papel Higiénico	17%
Papel Toalha	11%

**Fonte:** elaboração dos autores

As professoras foram questionadas quanto às etapas de lavagem de mãos, de acordo a questão proposta no protocolo sobre higienização das mãos, segundo a Anvisa, que mostra, por meio de imagens, o processo correto de lavagem de mãos. Foi solicitado às professoras que marcassem com um “x” as etapas que utilizavam para lavagem de suas mãos, totalizando 11 etapas. Das 18 educadoras, 44% não realizaram nenhuma marcação nessa figura. Quanto às professoras que responderam essa questão, das 11 etapas totais da figura, grande parte marcou apenas 6 etapas (22%), seguido de 8, 10 e 11 etapas com 11% de resposta, respectivamente. Os resultados do estudo evidenciaram um baixo conhecimento dos educadores em

relação às etapas de lavagem de mãos, além de rotinas de higienização e forma de secagem de mãos inadequadas.

Corroborando com o estudo de Oliveira et al. (2008), observou-se que 100% dos manipuladores de alimentos em creches praticam inadequadamente a higiene das mãos, o que reitera a falta de conhecimento das etapas de lavagem das mãos entre educadores infantis. Por outro lado, Pedrotti et al. (2012) mostraram que crianças da rede de educação infantil realizavam a lavagem das mãos várias vezes ao dia, antes das refeições, ao término das atividades e sempre após o uso do banheiro, ou seja, uma frequência superior ao encontrado em nosso estudo, no qual se observou que a maioria das crianças lavava as mãos somente após as refeições. Sob esse olhar, Couto (2011) reitera que o hábito de lavar as mãos após ir ao banheiro, apesar de extremamente importante e higiênico, é ignorado, e a falta de informação sobre a importância da lavagem de mãos ocasiona uma baixa adesão ao processo.

Sá-Silva et al. (2010) reiteram que o conhecimento em higiene consiste na adoção de medidas de proteção, com o intuito de promover a saúde e evitar formas de contaminação por doenças infectocontagiosas. Logo, a carência de informação a respeito dos cuidados com a higiene, somada às condições ambientais favoráveis à contaminação por estas doenças, constituem fatores que tornam mais complexas as perspectivas de promoção da saúde.

Rosa e Araújo (2012) destacam que o professor assume papel importante dentro do Programa de Saúde Escolar, pois convive com o aluno diretamente, e sua observação ajudará na descoberta de sintomas que indicam problemas de saúde, muitas vezes causados por falta de cuidados com o corpo. Esses autores reiteram que estudos bem conduzidos têm mostrado a importância da implementação de práticas de higienização das mãos na redução das taxas de infecções, uma vez que essa prática consiste no meio mais simples e eficaz de prevenir a transmissão de microrganismos no ambiente.

De fato, muitas doenças podem ser propagadas devido às rotinas de higienização inadequadas, e as morbidades deixadas por elas apresentam-se como um problema de saúde pública. De acordo com dados do UNICEF (2011), estima-se que a diarreia mate 1,1 milhão de crianças a cada ano, e doenças relacionadas à pneumonia tiram a vida de outros 1,2 milhão de meninos e meninas. O documento ainda reitera que lavar as mãos com sabão previne doenças de uma forma mais direta e rentável do que qualquer tipo de vacina.

Muitos educadores sabem da importância que tem no processo de educação e saúde, mas não se percebem nessa função de formadores. Sob esse aspecto, Maranhão (2000) coloca que os educadores percebem que a escola de educação infantil pode contribuir na promoção da saúde das crianças, mas atribuem tais ações

aos profissionais e serviços de saúde, não relacionando com as condições e práticas de cuidado cotidiano que são da competência dos educadores.

Portanto, é notável o baixo conhecimento de educadores infantis sobre as concepções envolvendo a higienização das mãos; assim, o processo de formação desses educadores deve ser melhorado, incluindo conteúdos relativos à promoção da saúde, tendo como finalidade aprimorar a qualidade dos serviços prestados às crianças, reduzindo o risco de adoecimento (MARANHÃO, 2000).

O baixo conhecimento em temas sobre saúde em educadores infantis também foi percebido em outros estudos, conforme Teixeira-Palombo e Fujimori (2006). Esses autores encontraram um baixo conhecimento de educadores sobre temas relacionados com a anemia na infância, que algumas educadoras referiram não conhecer e outras, relacionaram, equivocadamente, a anemia a um problema de saúde transmissível, ou seja, que a mãe transmite à criança por meio da lactação ou até de forma hereditária. Adicionalmente, Carvalho, Coelho e Toccocka (2016) identificaram conhecimentos precários e superficiais acerca da percepção de professores que atuam nesse nível de ensino sobre temas relativos à inclusão de crianças com deficiências em aulas regulares.

Dessa forma, conforme Velasques e Lara (2015), percebe-se que, na prática educativa, a questão da saúde escolar precisa ser mais trabalhada com os docentes – os quais ainda não concebem muito bem o real significado dessa prática – e com toda a escola. Logo, torna-se necessária a realização de capacitações para os profissionais do campo educacional, além de um maior envolvimento dos profissionais da área da saúde neste contexto, uma vez que o isolamento profissional e falta de conhecimento constituem importantes dificuldades para o trabalho interdisciplinar da saúde na escola (MARTINS, KRUG e SOARES, 2014).

## Considerações Finais

A realização desse estudo nasceu do interesse em conhecer a percepção dos educadores infantis sobre o tema saúde/ lavagem de mãos/ higiene, no contexto escolar da educação infantil. Assim, o presente estudo identificou que existe uma carência educacional no campo da educação infantil, no qual o sistema de ensino ainda precisa corrigir, tais como a baixa taxa de profissionais com formação em nível superior e a falta de cursos de formação continuada, fornecendo suporte para que o educador possa se aprimorar em seus conhecimentos, especificamente na área da saúde. Nesse sentido, reconhece-se a necessidade de uma formação continuada que ultrapasse a dicotomia entre teoria e prática, porém existem dificuldades em

promover processos de formação continuada nos quais a articulação teoria e prática seja reconhecida pelos professores (ALTENFELDER, 2006).

Os déficits de conhecimento apresentados pelos professores de educação infantil, em relação ao conceito de saúde e às etapas de lavagem de mãos, podem estar associados ao baixo nível de escolarização e à ausência da realização de cursos de formação continuada com essas temáticas, fatores esses que contribuem, muitas vezes, para disseminação de doenças na educação infantil. Desta forma, existe a necessidade de políticas de incentivo às formações continuadas sobre aspectos de promoção integral da saúde, destinadas aos educadores infantis.

## Referências

ALTENFELDER, A.H. Desafios e tendências em formação continuada. **Construção psicopedagógica**, São Paulo, v. 13, n. 10, 2005. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-69542005000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542005000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 15 out. 2016.

ANGOTTI, M. (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas: Alínea, 2008.

ANVISA. **Higienização das Mãos**. Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/hotsite/higienizacao\\_maos/apresentacao.htm](http://www.anvisa.gov.br/hotsite/higienizacao_maos/apresentacao.htm). Acesso em 17 de agosto de 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: 70, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação do Ensino Fundamental, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

CARVALHO, A.F; COELHO, V.A.C; TOLOCKA, R.E. Professores de educação infantil e temas sobre inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 713-726, jul./set. 2016.

COUTO, V.C. Higiene pessoal corporal com ênfase à importância do banho, lavagem das mãos e unhas. **Monografia** (Especialização em Saúde para professores do ensino fundamental e médio), Universidade Federal do Paraná, Nova Tebas, 2011.

DINIZ, M. C. P; OLIVEIRA, T. C. de; SCHALL, V. T. Saúde como compreensão de vida: avaliação para inovação na educação em saúde para o ensino fundamental. **Revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v.12, n. 1, p. 119-144, 2010.

EVANS, D.K.; KOSEC, E. K. **Educação Infantil: Programas para a Geração Mais Importante do Brasil 1ª Edição** Editor: Ex-Libris Comunicação Integrada Tradução para o português: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, São Paulo, 15 de Junho de 2011.

FERNANDES, M.H.; ROCHA, V.M. e SOUZA, D.B. A concepção sobre saúde do escolar entre professores do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) História, Ciências, Saúde. **Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 283-91, 2005.

FIGUEREDO et al. Educação em saúde escolar e colaboração do enfermeiro: sob a ótica dos educadores da escola. **Revista Cereus**, v. 8, n. 1, p.145-163, jan-abr./2016, UnirG, Gurupi, TO, Brasil

GIORDAN, M.Z.; HOBOLD, M.S. Necessidades formativas dos professores iniciantes: temáticas prioritárias para a formação continuada. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 07, n. 12, p. 55-72, jan./jun. 2015.

GONÇALVES, F.D. et al. A promoção da saúde na educação infantil. **Interface - Comunicação Saúde**, v.12, n.24, p.181-92, jan./mar. 2008.

KRUG, M. R. et al. Promoção da saúde na escola: um estudo com professores do ensino médio. **Scientia Plena**, v.11, n. 05, 2015.

LEITE, S.R.M.; CARVALHO, A. B. Formação de professores para educação infantil: a integração necessária entre educação e cuidado para uma práxis pedagógica emancipatória. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n.3, p. 917-931, 2015.

LOMÔNACO, A. F. S. Concepções de saúde e cotidiano escolar - o viés do saber e da prática. **27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu: ANPED. 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt06/t063.pdf>.

MAINARDI, N. **Educação em saúde: problema ou solução?** 135 f. Tese (Doutorado em saúde pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2010.

MARANHÃO, D.G. O processo saúde-doença e os cuidados com a saúde na perspectiva dos educadores infantis. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.1143-1148, out-dez, 2000.

\_\_\_\_\_. Saúde e bem estar das crianças: uma meta para educadores, familiares e profissionais de saúde. In: **I Seminário Nacional: Currículo em Movimento** Perspectivas atuais, 2010, Belo Horizonte. Universidade Federal Minas Gerais, 2010.

MARTINS, A. O.; KRUG, M. R.; SOARES, F. A. A. Saúde no contexto escolar: um estudo com professores do ensino básico de uma escola estadual da cidade de Cruz Alta-RS. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 06, n. 12, p. 457-471, jul.-dez. 2014.

MINNAERT, A.C.S.T.; FREITAS, M.C.S. Práticas de higiene em uma feira livre da cidade de Salvador (BA). **Ciência & Saúde Coletiva**, v.15(Supl. 1): p.1607-1614, 2010.

MOREIRA, B. L. da R., et al. Educação sexual na escola: implicações para a práxis dos adultos de referência a partir das dúvidas e curiosidades dos adolescentes. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 10, n. 1, p. 64-83, 2011.

OLIVEIRA, M. N. et al. Avaliação das condições higiênico-sanitárias das cozinhas de creches públicas e filantrópicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.13, n.3, p.1051-1060, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde** (OMS/WHO) – 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em 17 de agosto de 2016.

PEDROTTI, S. P., et al. Abordagem e aplicação de hábitos de higiene na educação infantil. **Anais do XVII Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, XV Mostra de Iniciação Científica, X Mostra de Extensão**, 06, 07 e 08 de novembro de 2012– Cruz Alta: UNICRUZ, 2012.

RODRÍGUEZ, C.A.; KOLLING, M.G. e MESQUITA, P. Educação e Saúde: um Binômio que Merece Ser Resgatado. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 31, n. 1, p. 60 – 66, 2007.

ROSA, V. G; ARAÚJO, B.C. Identificação de microrganismos nas mãos e unhas de crianças de uma escola pública de Patos de Minas-MG. **Revista Mineira de Ciências da Saúde**, n.4, p.88-98, set. 2012.

SÁ-SILVA, J. R. et al. Escola, educação em saúde e representações sociais: problematizando as parasitoses intestinais. **Pesquisa em Foco**, v.18, n.1, p. 82-95, 2010.

SHIMABUKURO, E. ; OLIVEIRA, M. N.; TADDEI, J. A. A. C.. Conhecimentos de educadores de creches sobre alimentação infantil. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 26, p. 231-237, 2008.

TEIXEIRA-PALOMBO, C.N; FUJIMORI, E. Conhecimentos e práticas de educadoras infantis sobre anemia. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v.6, n.2, p. 209-216, abr. / jun., 2006.

UNICEF. “Mãos limpas salvam vidas” – **Dia Mundial de Lavar as Mãos 2011 é celebrado por milhões de pessoas em todo o mundo**. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/media\\_21864.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/media_21864.htm). Acesso em 05 out 2016.

VELASQUES, M. P.; LARA, S. Concepções de educadores sobre a drogadição e sua possível interferência no processo de ensino aprendizagem nos anos iniciais. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 07, n. 14, p. 532-549, jul.-dez. 2015.

VIEIRA, L.M.F. A formação do profissional da educação infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento. **Pro-Posições**, v.10, n.1 (28), p. 28-39, março de 1999.

VOLPATO, C.F.; MELLO, S. A. Trabalho e formação dos educadores de creche em Botucatu: reflexões críticas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p.723-745, set./dez. 2005.

**Sobre os autores:**

**Thayana da Silva Fuques** é Doutora em Educação em Ciências, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente do Curso de Graduação de Fisioterapia e do Programa de Especialização em Educação em Ciências, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Uruguiana (RS)

**Simone Lara** possui Graduação em Fisioterapia, Mestrado em Ciências Biológicas: Fisiologia Humana e Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. É professora do curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Pampa, campus Uruguiana.

**Susane Graup** é Doutora em Engenharia da Produção. Docente do curso de Educação Física da Universidade Federal do Pampa, RS.

**Rodrigo de Souza Balk** é Doutor em Ciências Biológicas: Bioquímica Toxicológica. Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Pampa, RS.

*Recebido em 22/12/2016*

*Aceito para publicação em 10/10/2017*